

ACTA DA 1.ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COORDENAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE GAIA

(14 DE MARÇO DE 2005)

A 1.ª Reunião da Comissão Mista de Coordenação da revisão do PDM de Vila Nova de Gaia, realizou-se nas instalações da Câmara Municipal, pelas 10.30 horas e durante todo o dia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1—Ponto Prévio
- 2—Informações relativas ao processo de revisão do PDM;
- 3—Aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento da Comissão Mista de Coordenação;
- 4—Ponto de Situação dos Trabalhos de Revisão do PDM em Curso;
- 5—Contribuições dos Representantes da CMC para o Processo de Revisão em Curso;
- 6—Programação do Acompanhamento da Revisão do PDM;
- 7—Conclusões.

Na reunião estiveram presentes:

Pela CCDRN:

- Eng.ª Teresa Ponce de Leão, Assessora Principal da DSGT/DOT e Presidente da CMC;

Pela CM de Vila Nova de Gaia/Gaiurb, EM:

- Dr. Jorge Queiroz - Vice-Presidente da CMG, Administrador da Gaiurb, EM, em representação do Sr. Presidente da CMG que detém o Pelouro do Urbanismo;
- Eng. Mota e Silva - Director Municipal do Urbanismo da CMG;
- Arq. Manuela Juncal - Directora do Departamento de Planeamento Urbanístico da Gaiurb, EM;
- Eng. Manuel Miranda - Consultor da Gaiurb, EM;
- Eng. Pedro Silva - Consultor da Gaiurb, EM;
- Eng. Paula Ramos - Técnica Superior da Gaiurb, EM, membro da equipa da Revisão do PDM.

Estiveram presentes os seguintes representantes e outros técnicos das entidades que integram a CMC:

- Eng. Emílio Brógueira Dias – Administrador da APDL;
- Eng.º Mário Jorge Carrão Amaral Coutinho – Director de Serviços da APDL;
- Arq.ta Ana Cristina Félix Pinto – Técnica Superior da DGT;
- Eng.º António José Pereira Machado – Assessor Principal da DGTT;

- Eng. T. Agrário José António da Costa Rodrigues Alves – Técnico da DRAEDM;
- Eng.º José Luís da Silva Gonçalves – Responsável pela coordenação do acompanhamento dos PDM, na DRAEDM;
- Dr. José Eduardo Teixeira Silva – Coordenador Educativo do Porto - DREN;
- Eng.ª Maria Júlia Costa e Silva Loureiro – Assessora da DRE – Norte;
- Dr.ª Rosa Manuela Pereira Araújo – Delegada Distrital do IDP – Porto;
- Dr.ª Leonor Raquel da Fonseca Sousa Pereira – Técnica Superior da Extensão de Vila do Conde, do IPA;
- Eng. Ricardo Jorge Boavida Bastos Moreira – Técnico Superior da REFER;
- Eng.ª Olga Rita Soares Sampaio – Técnica Superior dos SNB-PC;
- Dr. Carlos Manuel Pereira – Chefe de Divisão do SNRIPD;
- Dr. Amílcar Vinagre – Técnico Superior de Planeamento da CM Espinho;
- Sr. Francisco dos Santos Claro Oliveira – Presidente da Direcção da ACI Gaia;
- Sr.ª D. Ermelinda Isabel Soares Duarte – Secretária Geral da ACI Gaia
- Sr. Nuno Vasco Marques Simões Aldeia – Presidente da Direcção da ADPM;
- Sr. Valdemar Teixeira de Castro Chaves – Provedor da SCM V.N. Gaia.

Na reunião estiveram ausentes os representantes das seguintes entidades:

- Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N);
- Direcção Geral de Infra-estruturas do Ministério de Defesa Nacional (DGIMDN);
- Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF);
- Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Norte (DREMN);
- Instituto da Conservação da Natureza (ICN);
- Instituto de Estradas de Portugal (IEP);
- Instituto Nacional da Água (INAG);
- Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR);
- Câmara Municipal de Gondomar;
- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;
- Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEPV).

Justificaram a sua ausência, por impedimentos de última hora, as seguintes entidades: DGIMDN, INAG, IPPAR e CM de Santa Maria da Feira.

Foi distribuída a todos os representantes presentes da CMC, a seguinte documentação:

- Actas das reuniões sectoriais de 19.11.2004, 6.01.2005 (RAN), 6.01.2005 (REN) e 18.01.2005;
- Relatório 1 – Resumo Diagnóstico
- Impressão da apresentação referente ao ponto de situação dos Estudos de caracterização;
- 1ª versão da Planta de Condicionantes
- Quadro síntese dos ofícios trocados com as diversas entidades de tutela.

1—Ponto Prévio

No início da reunião a Eng.^a Maria Teresa Ponce de Leão justificou a constituição de uma mesa para dirigir e secretariar a reunião e apresentou a sua composição:

- Eng.^a Maria Teresa Ponce de Leão, Presidente da CMC e representante da CCDRN;
- Dr. Jorge Queiroz, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, e seu representante na CMC;
- Eng. Mota e Silva, Director Municipal do Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Arq.ta Manuela Juncal, Directora do Departamento de Planeamento Urbanístico da Gaiub,EM;
- Eng.º Manuel Miranda, consultor da Gaiurb, EM.

A Eng.^a Maria Teresa Ponce de Leão referiu o imperativo legal para a realização da primeira reunião da CMC que, de acordo com a alínea a) do n.º 22.º da Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril, deverá reunir nos 22 dias seguintes à publicação do despacho que a constitui e para os efeitos previstos na alínea referida.

Informou que a constituição da CMC foi aprovada pelo Despacho do MAOT n.º 3321/2005, publicado na 2.ª série do DR n.º 32, de 15 de Fevereiro de 2005, integrando 28 entidades, das quais 20 pertencem à Administração Central, 4 a Câmaras Municipais e 4 a Organizações Locais.

A Eng.^a Teresa Ponce de Leão deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia Dr. Jorge Queiroz que falou do papel e das atribuições da Comissão Mista de Coordenação no processo de revisão do PDM, justificou a necessidade da revisão do PDM e salientou a importância dos objectivos e das orientações estratégicas definidas no Plano Estratégico elaborado em 1998/1999 que terão de servir de guia aos conteúdos objecto de revisão. A Revisão PDM deverá promover a actualização do PDM em vigor, adequando-o às novas realidades do sistema socio-económico e assegurando que o PDM pós revisão constitua um documento estratégico fundamental para o desenvolvimento sustentado do concelho.

2—Informações relativas ao processo de revisão do PDM

A Eng.^a Maria Teresa Ponce de Leão fez um ponto de situação das iniciativas e dos procedimentos desenvolvidos para a revisão do PDM e destacou as seguintes datas:

- O Departamento de Planeamento Urbanístico apresentou, em 12 de Junho de 2001, uma Informação com os fundamentos para a revisão do PDM;
- A CM deliberou iniciar o processo de revisão do PDM em reunião pública de 15 de Junho de 2001;
- Através do Aviso n.º 7928/2001 (2.ª série), publicado no DR n.º 233, de 8 de Outubro de 2001, a CM procedeu ao período de auscultação pública, de acordo com o n.º 2 do Art.º 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que decorreu desde 8 de Outubro até 31 de Dezembro de 2001;

- Através do Aviso n.º 2735/2002 (2.ª série), publicado no DR n.º 72, de 26 de Março de 2002, a CM comunicou a deliberação de alargamento do período de participação pública até 31 de Março de 2002;
- Através do ofício n.º 12913/03, de 3 Junho de 2003, a CM solicitou abertura do procedimento de constituição da CMC;
- A CM enviou à CCDRN, em 21 de Junho de 2004, o Relatório de Avaliação e Execução do PDM e Caracterização da Evolução das Condições Socio-Económicas e Ambientais, elementos necessários para os procedimentos legais de constituição da CMC;
- Em 7 de Setembro de 2004 realizou-se a Reunião Preparatória de Constituição da CMC, entre a DGOTDU, CCDRN e CM;
- Em 19 de Novembro de 2004 realizou-se a 1.ª reunião sectorial, preparatória da 1.ª Reunião da CMC;
- Em 15 de Fevereiro de 2005 é publicada a composição da CMC, por Despacho do MAOT n.º 3321/2005 (2.ª série) – DR n.º 32, de 15 de Fevereiro de 2005;
- Até à presente data foram realizadas, para além da reunião de 7 de Setembro de 2004, 4 outras reuniões sectoriais entre a CM e CCDRN, cujas actas foram distribuídas aos membros presentes da CMC, para conhecimento.

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão recomendou às entidades, que ainda não comunicaram a designação do respectivo representante na CMC, a formalização da sua nomeação, através de ofício a enviar ao SEOT, com conhecimento à Câmara Municipal e CCDRN, de preferência ao seu cuidado.

3—Aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento da Comissão Mista de Coordenação

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão começou por referir o enquadramento da proposta do “Regulamento de Organização e Funcionamento da Comissão Mista de Coordenação” que conjuga as orientações, relativas à composição, competências e funcionamento das CMC, estabelecidas pela Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril, com o Art.º 75.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro. Citou o n.º 31.º da Portaria n.º 290/2003, que estabelece que *“as demais regras de organização e funcionamento constam de regulamento a aprovar pela CMC”*.

Informou que a presente proposta de Regulamento foi analisada na Reunião Preparatória de 19 de Novembro de 2004, em conjunto com a Câmara Municipal e Gaiurb, tendo merecido a concordância das entidades presentes.

Foi feita uma breve apresentação e justificação do conteúdo dos catorze artigos da proposta de Regulamento, previamente enviada a todos os membros da CMC, em anexo à convocatória da presente reunião.

A Eng.ª Maria Teresa Ponce de Leão salientou as competências e o papel insubstituível da CMC, como garante da aplicação das disposições legais e regulamentares vigentes, da salvaguarda das servidões e restrições de utilidade pública existentes no Concelho e da necessária verificação da conformação/compatibilização do PDM com os instrumentos de gestão territorial eficazes.

Justificou a realização de reuniões plenárias da CMC e de reuniões sectoriais, de acordo com o previsto no Art.º 4.º do Regulamento, como forma de melhor operacionalizar e agilizar o acompanhamento dos trabalhos de revisão e uma adequada concertação de interesses.

Referiu também a importância da participação de todos os membros da CMC nas reuniões plenárias, para um eficiente e articulado desempenho da CMC, de acordo com as suas competências e aludiu ao Art.º 10.º do Regulamento, que estabelece a presença mínima de 1/3 dos membros da CMC para que esta delibere validamente.

No período de esclarecimentos não foram colocadas quaisquer questões ou dúvidas, tendo-se passado à votação da proposta, que foi aprovada por unanimidade e assinada por todos os membros da CMC presentes.

4—Ponto de Situação dos Trabalhos de Revisão do PDM em Curso

A Arq.ta Manuela Juncal fez uma descrição do processo técnico de revisão do PDM em curso e esclareceu que para além do “Relatório de Avaliação e Execução do PDM e Caracterização da Evolução das Condições Socio-Económicas e Ambientais” tinha sido produzido um relatório, denominado “Relatório 1”, cujo conteúdo poderia ser consultado no site da Gaiurb, EM. Informou que o resumo desse relatório faz parte da documentação entregue a todos os representantes presentes da CMC.

A Arq.ta Manuela Juncal apresentou as principais conclusões dos seguintes estudos de caracterização em curso:

- Caracterização biofísica e definição da estrutura ecológica, definição da RAN e REN;
- Caracterização e localização de actividades económicas (agrícolas, industriais, turísticas, comerciais e de serviços);
- Caracterização e localização de equipamentos;
- Definição e parametrização de valores patrimoniais a preservar;
- Caracterização da dinâmica do território entre 1993 e 2003;
- Caracterização dos sistemas de espaços públicos;
- Identificação e caracterização dos tecidos urbanos;
- Caracterização e hierarquia da rede viária.

A Arq.ta Manuela Juncal informou que estão em elaboração os relatórios de caracterização socio-económica que respeitam à apresentação efectuada, prevendo-se que poderão ser entregues na próxima reunião da CMC.

A Arq.ta Ana Cristina Félix Pinto da DGT e a Dr.^a Rosa Manuela Pereira Araújo do IDP mostraram interesse em conhecer, para o concelho de Vila Nova de Gaia, os projectos referentes a novos campos de golfe e os equipamentos previstos no âmbito do Programa Polis.

A Arq.ta Manuela Juncal esclareceu que as questões referentes às áreas de intervenção dos planos do Programa Polis têm sido discutidas a outro nível e não no âmbito do processo de revisão do PDM.

A Arq.ta Ana Cristina Félix Pinto da DGT perguntou quais as fontes de informação utilizadas para o levantamento e caracterização das actividades relacionadas com o Turismo, nomeadamente nas componentes do alojamento turístico.

Em resposta, a Eng.^a Paula Ramos disse que a informação referente às actividades económicas, assim como a terminologia e os conceitos utilizados se basearam essencialmente no tratamento da Base de Belém (INE, 2000), onde figuram as empresas sediadas em Vila Nova de Gaia, e que estes dados foram complementados com outros recolhidos junto do Ministério da Economia e a nível interno na Gaiurb, EM. Os relatórios de caracterização em curso recorreram também à Carta Desportiva Municipal, mas é ainda necessário validar alguma informação e afinar os critérios de dimensionamento de equipamentos.

O Eng. Manuel Miranda referiu a importância que reveste para a revisão do PDM, a disponibilização atempada e detalhada da informação relativa aos investimentos previstos pela REFER no concelho, o projecto de reconversão da área das Devesas e o traçado do TGV e a sua articulação com a restante rede ferroviária.

O Eng. Ricardo Jorge Boavida Bastos Moreira da REFER chamou a atenção para a importância do DL 276/2003, de 4 de Novembro, que define o regime jurídico do domínio público ferroviário e propôs que a RAVE fosse também convocada para as reuniões sectoriais a agendar com a REFER.

5—Contribuições dos Representantes da CMC para o Processo de Revisão em Curso

Durante a reunião os representantes da CMC entregaram à Equipa do PDM e CCDRN os seguintes documentos e contribuições sectoriais, para o processo de revisão do PDM:

Arq.ta Ana Cristina Félix Pinto, representante da DGT na CMC:

- “Levantamento do alojamento turístico classificado do concelho, constante do Inventário de Recursos Turísticos da DGT”;
- “Listagem de projectos de estabelecimentos hoteleiros em apreciação na DGT”.

Eng. T. Agrário José António da Costa Rodrigues Alves, representante da DRAEDM na CMC:

- “Metodologia para a demarcação da RAN, na revisão dos PDM”.

Eng.^a Maria Teresa Ponce de Leão, representante da CCDRN na CMC:

- “Conteúdo Material e Documental da Proposta de Revisão do PDM de Vila Nova de Gaia – Adequação, Articulação e Coerência da Proposta”, (Notas Pré-vias – 14.03.2005).

Os documentos referidos serão arquivados como anexos à acta da presente reunião.

A Eng.^a Maria Teresa Ponce de Leão referiu que para além das contribuições sectoriais hoje entregues se deverão seguir outras, nas diferentes fases do desenvolvimento dos estudos e das propostas de revisão do PDM e pediu aos restantes representantes na CMC, novos contributos sectoriais e documentos orientadores para a revisão em curso.

O Eng. José Luís Gonçalves, da DRAEDM, referiu a legislação em vigor de aplicação nos PDM, nomeadamente, o Decreto Regulamentar n.º 55, de 18 de Dezembro de 1981 Decreto-Lei 34/99, de 5 de Fevereiro de 1999 sobre “Áreas percorridas por incêndios” e aludiu também à “Carta de risco de incêndio” e ao Decreto-Lei n.º 204/99, de 9 de Junho de 1999 que define os espaços florestais, no âmbito do PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal).

A Eng.^a Maria Teresa Ponce de Leão informou que, de acordo com as orientações sectoriais concertadas com a DRAEDM, as “Áreas percorridas por incêndios” serão objecto de carta autónoma e não deverão ser representadas na Planta de Condicionantes. A cartografia das áreas referidas decorre da legislação em vigor e deverá incluir a delimitação das áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, carecendo de actualização anual, dado o carácter dinâmico da informação que disponibiliza, para o apoio à gestão municipal.

O Eng. José Luís Gonçalves realçou a necessária contribuição da Direcção Geral dos Recursos Florestais, na identificação e delimitação do património florestal do concelho, nomeadamente quanto à eventual existência de maciços florestais ou árvores isoladas classificados, como também quanto à delimitação de perímetros florestais sob jurisdição total ou parcial da DGRF.

O Eng. José Luís Gonçalves salientou a importância do levantamento e caracterização das vacarias existentes no concelho, da sua localização e dimensão e referiu a contribuição deste conhecimento para uma adequada classificação e qualificação do solo rural e para a regulamentação dos usos do solo.

O Dr. Carlos Manuel Pereira do SNRIPD salientou a importância de cumprir a legislação em vigor referente às pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio e a Portaria n.º 193/2005, de 17 de Fevereiro e recomendou que o Regulamento do PDM venha a reflectir esta preocupação.

6—Programação do Acompanhamento da revisão do PDM

A Eng.^a Teresa Ponce de Leão aludiu às reuniões sectoriais já realizadas, cujas actas foram também distribuídas no início da reunião.

A Arq.^a Manuela Juncal pediu a todos os representantes da Administração Central presentes que, nas respectivas áreas de tutela, confirmem a identificação e delimitação das servidões e restrições de utilidade pública, bem como das correspondentes legendas constantes na versão da Planta de Condicionantes distribuída pela CMG/Gaiurb, EM.

A Arq.^a Manuela Juncal pediu ainda esclarecimento ou confirmação quanto às entidades responsáveis pelas servidões às seguintes infra-estruturas:

- Conduta gravítica da barragem Crestuma/Lever;
- Gasoduto – Direcção Geral de Geologia e Energia – Lisboa;
- Instalações de triagem dos CTT – CTT
- Oleoduto – Ministério da Defesa

A Eng.^a Teresa Ponce Leão enumerou o conjunto de reuniões sectoriais que é já possível identificar como necessárias, sem prejuízo de outras que venham a ser julgadas convenientes, ao longo do processo de acompanhamento da revisão do PDM, e que são as seguintes:

- Proposta de redelimitação da RAN – DRAEDM e CCDRN;
- Proposta de redelimitação da REN – CCDRN;
- Traçado TGV: REFER, RAVE, INVESFER e CCDRN;
- Verificação da conformidade com o POOC: ICN, INAG, APDL e CCDRN;
- Verificação da conformidade com o POA Crestuma-Lever: ICN, INAG, Instituto de Navegabilidade do Douro e CCDRN;
- Estrutura Ecológica Municipal: ICN, INAG e CCDRN;
- Património arquitectónico e arqueológico: IPPAR, IPA, DGEMN e CCDRN;
- Rede viária: EP, EPE e CCDRN;
- Rede Escolar: DREN e CCDRN;
- Rede de Equipamentos Desportivos: IDP e CCDRN;
- Rede de Saúde: ARS-N e CCDRN.

A Arq.ta Ana Cristina Félix Pinto da DGT e a Dr.^a Rosa Manuela Pereira Araújo do IDP admitiram poder vir a participar em algumas destas reuniões sectoriais, que tenham implicações com o sector do turismo ou do desporto.

A Eng.^a Teresa Ponce Leão propôs que a próxima reunião da CMC ficasse desde já agendada para dia 21 de Abril de 2005, sem prejuízo do envio formal da convocatória com a respectiva ordem de trabalhos, de acordo com o Regulamento da CMC e pediu a todos os representantes da CMC presentes a reserva de todo o dia para a referida reunião.

7—Conclusões

A próxima reunião da CMC ficou agendada para todo o dia 21 de Abril de 2005 e será realizada nas instalações disponibilizadas para o efeito pela Câmara Municipal.

A ordem de trabalhos da reunião do dia 21 de Abril de 2005 será explicitada na convocatória a enviar, nos termos do “Regulamento” aprovado.

A Gaiurb, EM vai enviar a todos os representantes da CMC que não compareceram a esta reunião, a documentação hoje distribuída aos representantes presentes.

A Eng.^a Teresa Ponce de Leão, com a colaboração da CMG/Gaiurb, EM, vai elaborar a minuta da acta, que será enviada como versão preliminar, para todos os presentes, para verificação e adendas julgadas necessárias.

A versão corrigida da acta será enviada com a convocatória da próxima reunião plenária, a todos os membros da CMC e será lida e aprovada nessa reunião.

O agendamento das reuniões sectoriais ficará dependente do andamento dos trabalhos e da disponibilidade dos participantes.

Toda a documentação produzida pela equipa, CMC e outras entidades, no âmbito do processo de revisão do PDM, ficará arquivada para consulta nas instalações da Câmara Municipal e CCDRN.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião.

Vila Nova de Gaia, 14 de Março de 2005